

JOVENS MÃES DE BAIXA RENDA E A PORTA ESTREITA DA RELEVÂNCIA: desafios da inclusão produtiva urbana em Santana do Livramento RS

Discente: Luise Rodrigues Antunes

Orientador: Gustavo Segabinazzi Saldanha

Resumo: O objetivo desse estudo é conhecer e caracterizar o perfil da população de jovens mães de baixa renda do município de Santana do Livramento, identificar os tipos de ações de inclusão produtiva que estão disponíveis para elas e também conhecer as barreiras que essas mulheres enfrentam para chegarem a essas ações. Para a coleta dessas informações foi feita uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, análise documental e entrevista semiestruturada, feita presencialmente com 8 participantes, (6 entidades financeiras, Sistema Nacional de Emprego, instituição ofertante de qualificação profissional). Com isso, foi descoberto quais ações de inclusão produtiva são ofertadas no município, e quais são inacessíveis para esse público. Também foi realizada uma pesquisa de campo para melhor entender as dificuldades das jovens mães, ocorrendo assim um contato intersubjetivo com elas. Para caracterizar o perfil, utilizou-se o sistema do Cadastro Único, permitindo traçar informações relevantes para o estudo. Os resultados da pesquisa mostram que as jovens mães do município se encontram em situação de fragilidade caracterizadas com a porcentagem de 10,93 % em estado de pobreza extrema e conseqüentemente sofrem dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, além de ser analisado poucas oportunidades de inclusão produtiva para esse perfil, dificultando mais sua ascensão socioeconômica. Justifica-se, dessa forma, a importância das políticas públicas de inclusão produtiva quando aplicadas de forma acessível para o público de baixa renda.

Palavras Chave: Inclusão Produtiva, Baixa renda, Jovens mães, Políticas Públicas

Abstract: The objective of this study is to know and characterize the profile of the population of low-income young mothers in the municipality of Santana do Livramento, to identify the types of productive inclusion actions that are available to them and also to know the barriers that these women face to reach these actions. To collect this information, a qualitative-quantity research was carried out, document analysis and semi-structured interview, carried out in person with 8 participants (6 financial entities, National Employment System, institution offering professional qualification). With this, it was discovered which productive inclusion actions are offered in the municipality, and which are inaccessible to this public. A field research was also carried out to better understand the difficulties of young mothers, thus creating an intersubjective contact with them. To characterize the profile, the Single Registry system was used, allowing to trace information relevant to the study. The research results show that the young mothers of the municipality are in a situation of fragility characterized with the percentage of 10,93% in a state of extreme poverty and consequently suffer difficulties to enter the job market, in addition to being analyzed few opportunities for work, productive inclusion for this profile, making their socioeconomic ascent more difficult. This justifies the importance of public policies for productive inclusion when applied in an accessible way for the low-income public.

Keywords: Productive Inclusion, Low Income, Young Mothers, Public Politic

1. INTRODUÇÃO

Segundo a Constituição Federal de 1988, art. 3º, os objetivos fundamentais da República Federativa Brasileira são: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza, a marginalização além de reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Apesar do Brasil não ser um país considerado pobre, existe uma grande quantidade de pessoas em estado de vulnerabilidade, o que acaba expondo uma enorme desigualdade. Essa má distribuição de renda traz como consequência a diferença na inclusão econômica e social de grande parte da sociedade brasileira (BARROS, MENDONÇA; HENRIQUES, 2001).

De acordo com Silva (2011), a pobreza é caracterizada como uma situação de fragilidade social, gerando no indivíduo uma privação material e social perante as demandas básicas da sociedade. Assim, combater a pobreza significa ajudar a diminuir as principais incertezas desses indivíduos referentes à insuficiência de renda, falta de oportunidade de trabalho e as diferenças sociais.

Uma forma de avaliar essa desigualdade de renda econômica no país é pelo valor do salário mínimo, visto que ele é uma importante referência nas negociações do mercado de trabalho. Sendo a remuneração mínima nos contratos formais trabalhistas, seu valor é de acordo com as normas equivalentes ao piso previdenciário e também estabelece critérios para diversos programas sociais. Em 2019, 11,8% da população brasileira vivia com até um quarto do salário mínimo de renda mensal - cerca R\$ 250 (duzentos e cinquenta reais) - assim como 30% com metade do salário mínimo per capita - o equivalente a R\$ 499 (quatrocentos e noventa e nove reais). Já no outro extremo da distribuição econômica brasileira, 4,1% da população se encontrava com uma renda superior a cinco salários mínimos, chegando ao valor de R\$ 4.990 (quatro mil novecentos e noventa reais) aproximadamente (IBGE, 2020).

Outra forma usada para expor a desigualdade das partes mais carentes na sociedade é o índice de Gini, que aponta o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo. Ele funciona como um medidor de desigualdade de renda utilizado em comparações internacionais, permitindo relacionar estudos subnacionais a partir de uma metodologia consolidada. Nesse sentido, os valores de 2019 (0,543) mostram que, com o passar dos últimos anos, houve um crescimento da desigualdade no Brasil em relação a 2012 (0,540), sendo este o ano inicial da série do medidor, e também na comparação com o ano de 2015 (0,524), - período em que o medidor esteve mais próximo do zero -, ou seja, mostrando menor desigualdade no país (IBGE 2020).

Como dito anteriormente, o combate à pobreza e à marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais e regionais são objetivos explicitados na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, e para fazer frente a essa situação que a Carta Magna prevê em seu art. 6º: direitos sociais para educação, saúde, trabalho, alimento, previdência social, proteção à maternidade e à infância, além de assistência aos desamparados.

Em meados dos anos noventa, a partir dessas demandas da sociedade, começaram a ser implementados os programas condicionados à transferência de renda, focados no aumento do capital humano e de seus beneficiários, com o intuito de amenizar a pobreza e combater a insuficiência de renda dos necessitados (OLIVEIRA, SOARES, 2013).

A partir dessas mudanças referentes às políticas públicas brasileiras, foram efetivados vários projetos sociais para ajudar pessoas em estado de vulnerabilidade. Um dos programas mais conhecidos para ter acesso à Assistência Social e a seus benefícios é o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), que foi instituído por meio do Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. Com ele é feita uma coleta

de dados dos beneficiários, tornando-os elegíveis a participarem dos projetos sociais disponíveis.

Atualmente o Cadastro Único é constituído por aproximadamente 81 milhões de pessoas inscritas. Nele constam famílias de baixa renda que se encontram em situação de extrema pobreza, sendo a maior taxa - 48% - famílias com renda acima de meio-salário mínimo com 21%, os 31% restantes se dividem em situação de pobreza e baixa renda. Dessa totalidade, 56,46% são mulheres.

Conforme o IBGE (2021), no ano de 2019, houve uma disparidade na taxa de participação no mercado de trabalho entre jovens de 15 anos ou mais do sexo masculino e feminino. Enquanto 73,7% dos homens dessa faixa etária estão trabalhando ou procurando trabalho, apenas 54,5% das mulheres nessa idade fazem parte da força trabalhadora. Outro dado que demonstra a fragilidade feminina no mercado de trabalho é o nível de ocupação de mulheres de 25 a 49 anos que vivem com crianças em seu domicílio ser de apenas 54,6%, enquanto mulheres da mesma faixa etária que vivem sem crianças no domicílio possuem uma taxa de 67,2%.

Apesar das mulheres já conquistarem mais espaço no mercado de trabalho ao longo dos anos, ainda existe assimetria nesse contexto como na manutenção do emprego, salários menores que os dos homens, bem como uma difícil ascensão profissional. Tudo isso se deve à existência de um cenário predominante masculino, impedindo a quebra de barreiras femininas (CORRÊA, 2004).

A partir dos desafios enfrentados pela sociedade em estado de pobreza, um método sustentável, a longo prazo, para redução da pobreza é o aumento do nível de renda dos necessitados a partir da inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, as políticas de inclusão produtiva têm ganhado um amadurecimento frente à sociedade, combatendo de melhor forma os desafios da pobreza e da exclusão social, vindo com elas uma série de programas voltados para estimular o empreendedorismo e a empregabilidade (FUNDAÇÃO ARYMAX, 2019, *apud* RIGOLINI, 2016a).

Com base nisso, surge o problema de pesquisa: quais os desafios da inclusão produtiva urbana para jovens mães de baixa renda da cidade de Santana do Livramento?

Com o propósito de responder a pergunta de pesquisa, tem-se como objetivo geral: analisar quais são os fatores que dificultam a inserção de jovens mães de baixa renda na inclusão produtiva, e se tem como objetivos específicos: 1) Caracterizar o perfil da população de jovens mães de baixa renda da cidade de Santana do Livramento; 2) identificar os tipos de ações de inclusão produtiva urbana ofertadas para jovens mães; 3) Conhecer os obstáculos para conseguir acesso à inclusão produtiva urbana para jovens mães.

Por meio dos objetivos desse estudo, pretende-se contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas de inclusão produtiva para jovens mães de baixa renda, visto que serão apontados, o perfil e os obstáculos enfrentados pelas jovens mães para chegar ao mercado de trabalho formal e informal.

O presente estudo possui a seguinte estrutura: logo após este capítulo introdutório com a apresentação da temática, problema de pesquisa, objetivos e justificativa, no próximo capítulo consta o referencial teórico que fundamentou o estudo e, na sequência, apresenta-se os procedimentos metodológicos com a descrição das etapas que foram adotados visando o alcance dos objetivos pretendidos na pesquisa. Em seguida, o capítulo seguinte compreende a análise e a discussão dos resultados e encerra com a descrição das considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção mantém-se organizada em 3 partes: a primeira trata sobre uma breve descrição da evolução da Assistência Social no Brasil; a segunda versa os desafios das

políticas de inclusão produtiva para pessoas de baixa renda; e a terceira contempla as dificuldades dos mais vulneráveis na entrada no mercado de trabalho.

2.1 Assistência Social e as Políticas Públicas da inclusão produtiva

Conforme Nunes (2012), a partir da Constituição Federal de 1988 começou o processo de efetuação das Políticas Públicas de Assistência Social, que ocorreu através da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS 1993) e da Política Nacional da Assistência Social (PNAS 2004), e na efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS 2005), que tem como propósito colocar em prática o previsto pela lei.

Com a Constituição Federal de 1988, aconteceu um avanço significativo sobre as ações de proteção social, aprimorando a diversificação e expansão das políticas públicas, atuando em áreas distintas, como na saúde, educação, previdência, assistência social e trabalho (SILVA, 2020).

Após o marco da Constituição Federal de 1988, que deu a condição de política pública pela primeira vez à assistência social, constituindo assim o tripé da seguridade social: Saúde (como direito da sociedade), Previdência (de caráter contributivo) e Assistência Social (para os que dela necessitarem). Dessa forma, houve a promulgação da LOAS n.º 8.742 em 1993 para regulamentar os aspectos da Constituição, estabelecendo normas e critérios para organização da Assistência Social, que é um direito de todos, exigindo definições de leis, objetivos e normas (LOAS).

Considerando as condições políticas e institucionais reunidas nos onze anos de efetivação da LOAS (1993 até 2004), ressaltam-se os avanços conquistados pela sociedade na construção da política de assistência social, esclarecendo o fato do direito de cidadania ser responsabilidade do Estado. Contudo, a consolidação da assistência social como política pública e direito social ainda enfrenta desafios, como na implementação e construção do SUAS. Dessa forma, foi integrada a Política Nacional de Assistência Social em 2004, expressando a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social (PNAS).

O SUAS foi incorporado um ano após a PNAS. Ele é um sistema presente em todo o Brasil, articulando e organizando os projetos de assistência social nos níveis municipal, estadual e federal, a partir do financiamento da PNAS, feito através de recursos e estruturas estaduais, municipais e do Distrito Federal (Ministério da Cidadania).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é onde na maioria das vezes acontece o primeiro acesso das famílias carentes com o SUAS e seus projetos em cada município. É função do CRAS organizar a rede local de serviços assistenciais, reconhecendo assim as desigualdades presentes na região, identificando e prevenindo as situações de vulnerabilidade e risco (SUAS).

As políticas sociais foram constituídas com base no anseio da população por transformações das necessidades que manifestavam no seu cotidiano por direitos políticos, civis, sociais e humanos (NUNES, 2012).

Segundo Silva (2011), diante dos eixos propostos pelo Governo Federal para erradicação da pobreza, o acesso a uma renda mínima é a mais urgente das necessidades básicas do cidadão, dando as garantias mínimas para o sustento. Posteriormente, sendo um direito do indivíduo, vem o acesso a serviços públicos, garantindo serviços básicos como saneamento básico, assistência médica, transporte coletivo e a inserção cultural (escolaridade, lazer e cultura). Ainda na visão do autor, a política pública de inclusão produtiva seria o meio do indivíduo ter acesso a um trabalho e conseqüentemente a uma renda, conseguindo dessa forma prover de forma autônoma as dificuldades relacionadas ao seu sustento e de sua família.

As políticas públicas de inclusão produtiva visam gerar renda e trabalho, sendo programas relacionados principalmente para indivíduos em idade laboral, que se encontram em situação de pobreza e carência social. Para esses são ofertados formação educacional básica, cursos capacitantes, apoio a micro empreendimentos, além de empregos diretos e indiretos (SILVA, 2020).

Dessa forma, para que as políticas de inclusão produtiva funcionem corretamente e consigam suprir as demandas da sociedade, não basta que sejam ofertadas amplas oportunidades, mas também fazer com que tais oportunidades cheguem aos mais necessitados. Eles precisam ter conhecimento de tais políticas, além de possuírem a capacitação necessária para exercê-las, bem como também precisam de uma garantia de renda mínima, auxílio transporte e alimentação (BARROS, MENDONÇA, TSUKADA, 2011). Dessa forma a política pública de inclusão produtiva pode se dar de duas formas: rural (facilitando o acesso a atividades agrícolas) e urbana.

Esse estudo tem o objetivo de analisar e compreender da melhor forma as práticas de inclusão produtiva urbana. Nesse sentido, a inclusão produtiva urbana tem como objetivo gerar qualificação profissional e intermediação da mão de obra, promovendo o acesso ao emprego formal, assim como o micro empreendimento individual e coletivo. Todas as suas ações atendem a população que está em estado de carência e vulnerabilidade, embora com foco nos indivíduos inscritos no Cadastro Único (IBGE 2014).

No quadro 1, veremos exemplos de ações de inclusão produtiva urbana aplicadas no Brasil relacionadas ao empreendedorismo individual e coletivo, à capacitação profissional e à intermediação de mão de obra.

Quadro 1- Ações de inclusão produtiva urbana

“continua”

Ações de Inclusão Produtiva Urbana	Descrição
Qualificação Profissional	Ações que oferecem formação profissional, visando ao desenvolvimento e ao aprimoramento de habilidades demandadas pelo mercado e à promoção da inserção no mercado de trabalho.
Intermediação de mão de obra	Ações de identificação das demandas e ofertas do mercado de trabalho com o objetivo de promover a (re) colocação do indivíduo neste mercado.
Mobilização e sensibilização para cursos de qualificação profissional	Ações de divulgação e estímulo à participação nos cursos de qualificação profissional oferecidos nos estados e municípios.
Cursos de qualificação ou capacitação profissional	Cursos promovidos pelos estados e municípios com o objetivo de promover e fortalecer a qualificação e capacitação profissional em sintonia com as vocações e demandas dos mercados locais.
Fomento a empreendimentos individuais urbanos	Ações de promoção do desenvolvimento de negócios individuais através de prestação de serviços, suprimentos e financiamento.
Fomento a empreendimentos coletivos urbanos	Ações de promoção do desenvolvimento de negócios coletivos através de prestação de serviços, suprimentos e financiamento.

Quadro 1- Ações de inclusão produtiva urbana

“continuação”

Ações de Inclusão Produtiva Urbana	Descrição
Assistência técnico-gerencial a empreendimentos individuais urbanos	Forma de consultoria que fornece orientação para tomada de decisões e para identificação das necessidades e potencialidades dos empreendimentos individuais, visando à melhoria da gestão, produção e renda.
Assistência técnico-gerencial a empreendimentos coletivos urbanos	Forma de consultoria que fornece orientação para tomada de decisões e para identificação das necessidades e potencialidades dos empreendimentos coletivos, visando à melhoria da gestão, produção e renda.
Incubação de empreendimentos	Forma de assessoria voltada para criação de empreendimentos econômicos. Essa assessoria oferece subsídios, tais como formação técnica e política, e acompanhamento dos processos de tomada de decisão e implementação de atividades econômicas, tais como produção, trabalho, finanças e comércio.
Fomento ao artesanato	Ações de promoção do desenvolvimento do setor de artesanato através de prestação de serviços, suprimentos e financiamento.
Doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho	Ação de doar ao empreendedor individual ou coletivo os equipamentos necessários para o desempenho de sua atividade produtiva.

Fonte: IBGE (2014) com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento Social, e Combate à Fome e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

No entanto o público de baixa renda enfrenta muitos desafios para chegar até essas políticas públicas de inclusão produtiva ofertadas no Brasil. Nas palavras Dihl (2015), o mercado de trabalho procura o trabalhador multifuncional, com bastante capacidade e experiência na sua área, independente de qual ela seja, alguém que esteja apto para ser um líder e tomar sempre as melhores decisões. Considerando essas demandas, será exposto a seguir os desafios da inclusão produtiva para pessoas de baixa renda.

2.2 Desafios da inclusão produtiva para pessoas de baixa renda

No âmbito da assistência social, a inclusão produtiva não se reduz apenas à entrada no mercado de trabalho, pois com ela vêm algumas demandas que dificultam essa inserção como: baixa escolaridade, pouca experiência profissional, vagas limitadas de empregos, carência de auxílio transporte e de creches (MONTAGNER, MULLER, 2015).

Um dos maiores desafios da inclusão via emprego é conseguir conectar as pessoas com as oportunidades. A maneira mais clara e eficiente para se conseguir isso é identificando as necessidades de mão de obra do contratante e o que o trabalhador conseguirá ofertar (FUNDAÇÃO ARYMAX, 2019).

Na visão de Souza (2013), a inclusão produtiva na Assistência Social está relacionada principalmente à realização de cursos capacitantes, tendo a finalidade de inserir o indivíduo no mercado do trabalho ou estimular seu empreendedorismo. Dessa forma, seria um modo de capacitar a população de baixa renda para que, na hora necessária, possua as demandas do mercado de trabalho. No entanto, mesmo com essa capacitação não é garantido que haverá oportunidades para esses indivíduos, levando em conta que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente.

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013), o empreendedorismo nem sempre é a melhor estratégia para inclusão produtiva, uma vez que este poderá ser falho em vários sentidos. Para estimular o espírito empreendedor entre a população carente, cursos de capacitação são ofertados; percebe-se, entretanto, muitas vezes, que os indivíduos não têm vocação para tal atividade, sendo isso consequência de viverem em um ambiente sem estímulos sociais, ou em razão de uma escolaridade baixa ou nula. Em virtude disso, os resultados obtidos não são positivos.

A Fundação Arymax (2020) ressalta que os principais desafios do empreendedorismo urbano se dão pela dificuldade de empreender no Brasil, seja pela deficiência na educação, acesso cada vez mais restrito aos mercados, alta taxas de juros ou então difícil acesso a créditos. Ainda nas palavras da Fundação, pontuaremos os obstáculos da inclusão produtiva via trabalho, como o pouco engajamento dos que buscam emprego, cursos capacitantes desconectados com a demanda do mercado de trabalho, redução de vagas de emprego pelo avanço da tecnologia e a dificuldades das empresas de reconhecer os perfis dos candidatos.

O Acórdão 1756/2020 do Tribunal de Contas da União, relatado pelo ministro Raimundo Carreiro, mostra que apesar de uma melhora significativa na colocação de pessoas no mercado de trabalho, a inclusão produtiva não vem atingindo números significativos ao longo de várias gestões do Governo Federal. Na sessão 9.2.1.4. do acórdão é decretada a "exigência na divulgação das agências do Sine do Programa Escola do Trabalhador, bem como das demais formas de qualificação gratuitas promovidas pelo Governo Federal aos postulantes às vagas de emprego, inclusive divulgando as parcerias com o Sistema S" (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2020).

Já no Acórdão Nº 959/2021 do Plenário, relatado pelo ministro Walton Alencar Rodrigues em seu decreto 1.6.4., é pedido o "desenvolvimento conjunto de mapas de demanda por cursos de qualificação que auxiliem na articulação entre os ministérios, sobretudo o Ministério da Cidadania, a Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia e o MEC, de modo a estimular a inserção da população mais vulnerável no mundo do trabalho" (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2021, p.2).

Portanto, isso só nos comprova o difícil acesso de pessoas de baixa renda ao mercado de trabalho e aos meios de capacitação para o empreendedorismo. Mesmo com as políticas de inclusão ainda há uma carência de cursos capacitantes que agreguem para trazer empregabilidade para os mais vulneráveis. Conforme os dados do TCU, elas precisam ser reavaliadas e melhor distribuídas para que mais pessoas possam delas usufruir.

No quadro 2, veremos alguns dos maiores desafios para inclusão produtiva urbana de pessoas de baixa renda.

Quadro 2 - Desafios da inclusão produtiva urbana

“continua”

Desafios	Descrição
Baixa escolaridade	Entre homens de 15 anos ou mais de idade a taxa de analfabetismo foi de 6,9% e para mulheres, 6,3%. Para as pessoas pretas e pardas a taxa foi de 8,9%, quase o dobro da observada em pessoas brancas 3,6% (IBGE 2019).
Inexperiência dos jovens	O aumento da taxa de desemprego e a diminuição da taxa do emprego tem sido algo preocupante no Brasil, pois é algo que tem afetado diretamente os jovens e preocupado a população. Atualmente existe uma enorme falta de chances para a entrada no mercado de trabalho para o público jovem, exigindo um excesso de requisitos, como uma boa escolaridade e experiência, o que acaba deixando esse público de fora do mercado trabalhista (BRASIL, FREITAS, 2021).

Quadro 2 - Desafios da inclusão produtiva urbana

“continuação”

Desafios	Descrição
Vagas de emprego Limitadas	Com a era da globalização as vagas de emprego estão sendo cada vez mais limitadas pelo avanço da tecnologia.
Carência de auxílio transporte	A dificuldade para conseguir o auxílio transporte muitas vezes é um dos grandes empecilhos para pessoas de baixa renda conseguir um emprego, o fato de morarem muito afastado da cidade acaba sendo um obstáculo para ir atrás das vagas de emprego disponíveis.
Carência de creches	A falta de creches públicas torna-se outro empecilho para mães que não possuem família para cuidar de seus filhos, fazendo, assim, com que elas fiquem em casa em vez de irem atrás de uma renda.
Falta de capacitação	A falta de capacitação é umas das grandes dificuldades para se obter colocação no mercado de trabalho atualmente, pois ele está cada vez mais exigente.
Discriminação de grupos sociais	No ambiente de trabalho, apesar de já haverem conquistado seu lugar, as mulheres ainda sofrem muita discriminação de gênero, seja esta de forma direta ou indireta. Essa discriminação é fruto da cultura misógina e patriarcal que foi instaurada ao longo da história da sociedade, a qual faz descaso com o trabalho feminino, sempre as pintando como frágeis e sem capacidade (FERNANDES <i>et al.</i> , 2019).

Fonte: elaborado com base nos dados da Fundação Arymax, 2020 e Montagner, Muller, 2015.

Com esses desafios é perceptível que esse público de baixa renda enfrenta grandes obstáculos no caminho da inclusão socioeconômica. Dessa forma será relatada a difícil inserção dos mais vulneráveis no mercado de trabalho.

2.3 A difícil inserção dos mais vulneráveis no mercado de trabalho

Segundo Hora, Lima, Santos, Oliveira, Souza (2017), a partir de comentários jornalísticos e da visão de pessoas que compartilham suas experiências, compreende-se que o mercado de trabalho é o que faz movimentar a economia, podendo estabilizar ou desestruturar qualquer nação. Os autores ainda reforçam que as exigências para conseguir ingressar no mercado de trabalho estão cada vez maiores, devido ao aumento da globalização. Também ressaltam que com ela veio uma era mais tecnológica, que está sendo implementada nas rotinas administrativas das empresas, e à qual os candidatos precisam se adaptar. Dessa forma, muitas pessoas pobres que não tiveram acesso a um bom ensino não estão preparadas para esse mercado de trabalho.

A nova era da globalização também está influenciando na indústria, criando um paradigma tecnológico chamado indústria 4.0, que inclui automatização, robótica e o uso de inteligência artificial. Isso traz como consequência uma redução da mão de obra de trabalhadores, levando em conta que são essas as empresas que contratam pessoas menos qualificadas, isso ocasionará mudanças no mercado de trabalho, exigindo cada vez mais capacitação e qualificação de seus empregados, trazendo dificuldades para classe baixa e com pouca escola escolaridade (FUNDAÇÃO ARYMAX, 2019).

O sistema educacional de qualidade, na maioria das vezes, está limitado e reduzido para as elites e as classes médias abastadas. Em contrapartida, pessoas em estado de carência e vulnerabilidade enfrentam dificuldades para conseguir esse acesso (principalmente o público infantojuvenil) o que acabaria estimulando-as para atividades rurais e urbanas como:

trabalhos por conta própria em atividades precárias no meio urbano, trabalhadores manuais com extensas jornadas principalmente em construções e indústrias têxtil (SANTOS, GIMENEZ, 2015).

De acordo com Cardoso (2013), a redução de jovens mulheres no mercado de trabalho é constante e cresce a cada ano, atingindo principalmente a parte da população mais pobre e vulnerável, além daqueles que não são favorecidos pela classe social. Mesmo com uma batalha incessante atrás dos seus direitos e reconhecimentos, as mulheres ainda lutam muito pela valorização do seu trabalho e igualdade, apesar de muitas possuírem alto nível de educação, ainda existem vestígios de desigualdade de gênero e etnias, tornando assim mais difícil o acesso à empregabilidade (JUNIOR, SILVA, 2019).

No Brasil, no ano de 2019, as mulheres se dedicaram aos afazeres domésticos e aos cuidados com pessoas (21,4 horas semanais), sendo quase o dobro do tempo dos homens (11,0 horas). Como se não bastasse, existem diferenças preocupantes entre mulheres que possuem 20% menos rendimento per capita (24,1 horas) e as que possuem 20% mais (18,2 horas). Esse desequilíbrio de renda se mostra como um dos fatores que mais impacta no nível de desigualdade das mulheres, pois as que têm pouco rendimento per capita não conseguem ter acesso às mesmas facilidades para simplificar sua rotina doméstica (creches, trabalhos domésticos, transporte), assim dificultando conciliar todas as tarefas com sua inserção no mercado de trabalho (IBGE 2021). A seguir, será apresentado o percurso metodológico que foi utilizado na pesquisa.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

A abordagem escolhida para a realização da pesquisa foi quali-quantitativa. Recorreu-se à qualitativa para melhor conhecer os obstáculos para conseguir acesso à inclusão produtiva urbana para jovens mães de baixa renda da cidade de Santana do Livramento, e quantitativa para poder caracterizar o perfil das jovens mães em números. Para Sordi (2013), a pesquisa qualitativa é a de melhor compreensão de situações complexas, sendo de natureza subjetiva e podendo levar para vários caminhos e diretrizes. Já a pesquisa quantitativa é aquela que busca explicações e previsões para desenvolver generalizações, usando variáveis conhecidas, análises estatísticas, números e dados agregados.

A pesquisa caracterizou-se como descritiva, para melhor obter as características dos indivíduos estudados, compreendendo as dificuldades e obstáculos das jovens mães para chegar até a inclusão produtiva. Como já dizia Gil (2002), na pesquisa descritiva são utilizadas várias técnicas, podendo levar a diversos resultados.

A coleta de dados foi desenvolvida através de uma análise documental, e de uma entrevista semiestruturada. Na visão de Cellard (2008), a análise documental é feita através de documentos. Nela o pesquisador deverá saber analisar corretamente as informações, pois nem sempre são precisas e completas. Conforme Gil (2017), as entrevistas são úteis para pesquisas mais avançadas e para obtenção de dados referentes a um grupo ou tópico específico.

A pesquisa teve seu processo documental, que serviu para ajudar a identificar o perfil das jovens mães, traçando seu perfil entre 16 e 34 anos com filhos até a educação infantil, como não havia a limitação de mães no sistema utilizado, foi aplicado pessoa responsável pela unidade familiar para caracteriza-las, essa busca ocorreu através do sistema do Cadastro Único. Conforme Gil (2017), esse processo é feito usando livros, artigos periódicos, anais de eventos como procedimento de pesquisa se assemelhando muito ao procedimento bibliográfico, se diferenciando a partir do envolvimento de estatísticas e hipóteses.

O método que influenciou esse trabalho foi pesquisa de campo, pois esse estudo visa compreender a rotina e as dificuldades que as jovens mães enfrentam no dia a dia. Segundo

Gil (2002), a pesquisa de campo busca compreender um único grupo ou comunidade em termos de seu caráter social, ressaltando a interação com seus componentes.

Foi utilizada a pesquisa de campo para observar jovens mães, isso aconteceu através da interação da autora com a coordenadora do CRAS do município de Santana do Livramento, identificando que o perfil de mulheres do estudo seria encontrado na estratégia da saúde da família (ESF) do bairro Vila Real. Assim as visitas ao bairro ocorreram nos dias 16 e 23 de dezembro, no período das 9h até às 11h da manhã, onde realizaram-se 8 abordagens. Também ocorreu a interação com uma jovem mãe de 2 filhos (uma menina de 1 ano e 5 meses e um menino de 2 meses), que foi descoberta a partir de relações pessoais da autora, aconteceu uma visita à casa dela no dia 29 de janeiro, no bairro Brasília, que perdurou por 2 horas.

Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, com as jovens mães de baixa renda seguindo um roteiro, mas não gravando as conversas para dar mais confiança e liberdade para elas. Também foram aplicadas entrevistas com organizações do município para identificar as ações de inclusão produtiva que são ofertadas para as mães, no entanto as conversas foram gravadas para facilitar na transcrição dos dados. No quadro 3, será descrito as organizações que foram entrevistadas.

Quadro 3 - Organizações que foram entrevistadas

Organizações	Objetivos
Entidades Financeiras/Cooperativas	Conhecer os programas de microcrédito voltados para pessoas de baixa
Sistema Nacional de Emprego (SINE)	Conhecer as oportunidades de intermediação de mão de obra para jovens mães.
Instituição ofertante de qualificação profissional	Conhecer as oportunidades de capacitação profissional ofertadas no município.

Fonte: Elaborado pela autora

A seguir, no quadro 4, será relatado o perfil dos candidatos que participaram das entrevistas, especificando em qual organização trabalham, sexo, cargo ocupante e há quanto tempo desenvolvem sua função.

Quadro 4 - Perfil das pessoas das organizações entrevistados

“continua”

Participantes	Organização	Áreas	Sexo	Tempo na Organização	Cargo ocupante
A	Sicredi	Cooperativa Financeira	M	4 meses	Gerente da agência
B	Banco do Brasil	Entidade Financeira	M	20 anos	Gerente Geral
C	Bradesco	Entidade Financeira	F	15 anos	Gerente Geral
D	Banrisul	Entidade Financeira	M	19 anos	Gerente Adjunto
E	Cresol	Cooperativa Financeira	M	9 meses	Gerente da Agência
F	Santander	Entidade Financeira	M	22 anos	Gerente Geral

Quadro 4 - Perfil das pessoas das organizações entrevistados

“continuação”

Participantes	Organização	Áreas	Sexo	Tempo na Organização	Cargo ocupante
G	SEBRAE	Instituição ofertante de qualificação profissional	F	15 anos	Analista de relacionamento com o cliente
H	Sistema Nacional do Emprego	Instituição ofertante de intermediação de mão de obra	M	1 ano	Coordenador da Agência

Fonte: Elaborado pela autora

No quadro 5, será mostrado o perfil de jovens mães que participaram do estudo, observando-se que a maioria tem mais de um filho e está desempregada atualmente.

Quadro 5 - Perfil das jovens mães entrevistadas

Participantes	Jovens mães	Atual função	Nº de filhos	Estado Civil	Escolaridade
A	Bairro Brasília	Desempregada	2	Solteira	Ensino Médio
B	ESF- Vila Real	Empreendedora	2	Casada	Ensino Superior
C	ESF- Vila Real	Empregada	2	Solteira	Ensino Médio
D	ESF- Vila Real	Desempregada	1	Casada	Ensino Médio
E	ESF- Vila Real	Empregada	1	Solteira	Ensino Médio
F	ESF- Vila Real	Desempregada	1	Casada	Ensino Médio
G	ESF- Vila Real	Desempregada	1	Casada	Ensino Médio
H	ESF- Vila Real	Desempregada	2	Casada	Ensino Médio
I	ESF- Vila Real	Desempregada	3	Casada	Ensino Médio

Fonte: Elaborado pela autora

A análise de dados aconteceu após as idas a campo e o término das entrevistas. Foi realizada a partir da técnica de análise interpretativa, para melhor interpretar e compreender os dados coletados, construindo assim uma estrutura com todas as informações relevantes. A análise interpretativa é a mais complexa, tendo como objetivo relacionar o que o autor afirma com o problema para o qual se propõe uma solução, com ela procura-se um significado mais amplo para os resultados obtidos, enquanto busca-se elaborar uma pesquisa interpretativa com os dados mediante uma ligação com os outros conhecimentos já encontrados (GIL, 2002). A próxima seção dedica-se a análise e discussão dos resultados

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Essa seção apresenta-se organizada em 3 partes: a primeira trata sobre a caracterização do perfil de jovens mães de 16 a 34; a segunda é referente as ações de inclusão produtivas ofertadas em Santana do Livramento; e a terceira contempla os obstáculos que as jovens mães enfrentam para chegar a inclusão produtiva.

4.1 Características do perfil das jovens mães de baixa renda

Como observado anteriormente, existem aproximadamente 81 milhões de pessoas inscritas no Cadastro Único em 2021, o equivalente a 38,02 % da população do Brasil.

No Rio Grande do Sul, em torno de 2 milhões e setecentas pessoas estão cadastradas, sendo correspondente a 23,86 % da população do estado.

Já em Santana do Livramento, aproximadamente, há 32.920 (trinta e duas mil e novecentas e vinte) pessoas, o referente a 43,51 % da população. Como se pode ver quase metade da população do município encontra-se cadastrada. No entanto, essa porcentagem representa um número pequeno dentro da população do Rio Grande do Sul sendo este de apenas 1,19 %.

Identifica-se, na tabela 1, a divisão por sexo das pessoas inscritas. Percebe-se que das regiões analisadas (tabela completa no Apêndice A), dentro da faixa etária do estudo (16 a 34 anos) as mulheres cuidam da unidade familiar cerca de 9 % mais que os homens.

Do número de homens e mulheres cadastradas em Santana do Livramento, aproximadamente 16.000 (dezesesseis mil) recebem o Programa Bolsa Família (BPF), desse total quase dez mil são mulheres. Sendo que 3.311 (três mil trezentos e onze) são mulheres da faixa etária da pesquisa.

Tabela 1 - Pessoas inscritas no Cadastro Único por Sexo

Sexo	Brasil				Santana do Livramento			
	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%
Feminino	46.163.235	56,46	8.591.306	10,50	19.396	58,92	3.129	9,50
Masculino	35.612.481	43,54	1.410.548	0,17	13.524	41,08	521	1,58
Total	81.775.716	100	10.001.854	10,67	32.920	100	3.650	11,08

*Pessoa Responsável pela Unidade Familiar

Fonte: Elaborado pela autora com base no Cadastro Único

Na tabela 2, apresenta-se a descrição das mulheres por etnia. É evidente no Rio Grande do Sul e em Santana do Livramento o maior número de declaradas brancas, sendo a maioria também de mulheres brancas com a faixa etária do estudo no município, já no Brasil, a maior porcentagem é de pardas. (tabela completa no Apêndice A).

Das mulheres da faixa etária do estudo, 2.078 (duas mil e setenta e oito) recebem o BPF, sendo 1.458 (mil quatrocentas e cinquenta e oito) brancas. Outro dado que reafirma a predominância de mulheres brancas no sistema do Cadastro Único é das jovens mães que participaram do estudo, sendo 8 brancas e apenas uma negra (jovem mãe E).

Tabela 2 - Cor ou raça das mulheres inscritas no Cadastro Único

Cor ou raça	Brasil				Santana do Livramento			
	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%
Branca	13.597.347	29,74	2.232.539	5,29	15.015	77,41	2.261	11,65
Preta	3.278.539	7,10	679.454	1,47	1.816	9,36	350	1,80
Amarela	239.414	0,51	47.081	0,10	22	0,11	4	0,020
Parda	28.673.300	62,11	5.545.104	12,01	2.519	12,98	510	2,62
Indígena	362.118	0,78	84.709	0,18	7	0,036	2	0,010
Sem resposta	12.517	0,02	0	-	17	0,087	0	-
Total	46.163.235	100	8.588.887	19,05	19.396	100	3.127	16,1

*Pessoa Responsável pela Unidade Familiar

Fonte: Elaborado pela autora com base no Cadastro Único

Na tabela 3, apresenta-se a faixa de renda das mulheres, sendo que esta foi atualizada para o programa Auxílio Brasil (substituto do BPF). A extrema pobreza é caracterizada a partir de famílias com renda per capita de até R\$ 100,00, enquanto as com renda per capita de até R\$ 200,00 são consideradas em circunstâncias de pobreza. Já no BPF, esses valores são equivalentes a R\$ 89,00 e R\$ 178,00 por pessoa (GOVERNO DO BRASIL, 2021).

Identifica-se que a situação de pobreza extrema entre os perfis traçados ocorre de forma alarmante. Em Santana do Livramento a porcentagem é de 47,19 %, sendo equivalente a quase metade da população das mulheres nessa situação de vulnerabilidade, e 10,93 % desse total se refere a mulheres da faixa etária do estudo que são responsáveis pela unidade familiar.

Conforme Kageyma, Hoffmann, (2006), o termo pobreza quando citado, é associado a determinado estado de carência material que também pode incluir elementos de ordem cultural e social, perante os recursos disponíveis de uma pessoa ou família. Essa caracterização da pobreza tem constituído um campo muito amplo e antigo, podendo ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva.

Tabela 3- Faixa de renda familiar per capita das mulheres inscritas no Cadastro Único

Faixa de renda	Brasil				Santana do Livramento			
	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%
Extrema Pobreza	24.437.752	52,93	5.592.377	12,11	9.154	47,19	2.120	10,93
Pobreza	5.147.981	11,51	1.077.280	2,33	2.520	12,99	427	2,20
Baixa Renda	10.426.850	22,58	1.430.706	3,09	4.472	23,05	439	2,26
Acima de ½ S.M	6.150.652	13,32	490.943	1,06	3.250	16,75	147	0,75
Total	46.163.235	100	8.591.306	18,59	19.396	100	3.129	16,14

*Pessoa Responsável pela Unidade Familiar

Fonte: Elaborado pela autora com base no Cadastro Único

Na tabela 4, observa-se o número de mulheres sem instrução ou que não possuem o ensino fundamental completo. Como já foi dito por Santos, Gimenez, (2015), e foi analisado durante este estudo, o sistema educacional, na maioria das vezes não está ao alcance de todos, devido às pessoas de baixa renda precisarem abrir mão da educação para ir atrás do seu sustento, ou por não terem as mesmas oportunidades que as outras classes sociais.

No município, a maior porcentagem se dá em mulheres com o fundamental incompleto, seguido de sem instrução. O que se mostrou diferente com as jovens mães que participaram do estudo, 8 delas estavam dentro da taxa de médio completo equivalente a 5,23 % de 16,37 % e a outra se encaixa em superior ou mais (jovem mãe B), com 0,69 % de 2,34 %.

Tabela 4- Grau de instrução das mulheres inscritas no Cadastro Único

Grau de instrução	Brasil				Santana do Livramento			
	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%
Sem instrução	9.062.713	19,63	268.216	0,58	3.185	16,42	67	0,34
Fundamental incompleto	15.943.444	34,53	1.954.678	4,23	7.469	38,50	822	4,23
Fundamental Completo	3.511.362	7,6	1.033.069	2,23	1.971	10,16	509	2,62
Médio Incompleto	3.701.676	8,01	1.438.982	3,11	1.723	8,8	578	2,97
Médio Completo	9.340.417	20,23	3.448.298	7,4	3.177	16,37	1.016	5,23
Superior ou mais	1.321.000	2,86	443.065	0,95	455	2,34	135	0,69
Sem resposta	3.282.623	7,11	4.998	0,01	1.416	7,3	2	0,01
Total	46.163.235	100	8.591.306	16,28	19.396	100	3.129	16,09

*Pessoa Responsável pela Unidade Familiar

Fonte: Elaborado pela autora com base no Cadastro Único

São apresentadas na tabela 5, as dificuldades das mulheres entrarem no mercado de trabalho com a carteira assinada, devido à maior porcentagem respondida ser de autônomas em todas as regiões analisadas (tabela completa no Apêndice A).

Em Santana do Livramento, a porcentagem de trabalhadoras por conta própria é de 16,19 %, ficando para trás apenas das sem respostas com 78,77 %. O que comprova essa dificuldade de inserção no mercado de trabalho das é referente a 5 das mulheres que participaram do estudo (jovens mães D, F, G, H, e I) estarem desempregadas, duas mulheres empreendendo, ou seja, trabalhando sem carteira (jovens mães A e B), sendo apenas duas trabalhando de carteira assinada (jovens mães C e E).

Tabela 5- Função principal das mulheres inscritas no Cadastro Único “continua”

Função principal	Brasil				Santana do Livramento			
	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo).	5.723.522	12,39	2.074.796	4,49	3.141	16,19	943	4,86
Trabalhador temporário em área rural	893.364	1,93	303.021	0,65	59	0,30	13	0,06

Tabela 5- Função principal das mulheres inscritas no Cadastro Único “continuação”

Função principal	Brasil				Santana do Livramento			
	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%
Empregado sem carteira de trabalho assinada	289.046	0,62	92.755	0,20	142	0,73	41	0,21
Empregado com carteira de trabalho assinada	1.543.924	3,34	425.282	0,92	569	2,93	133	0,68
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	230.307	0,49	63.611	0,13	50	0,25	8	0,04
Trab. doméstico com cart. de trab. Assinada	96.791	0,20	14.641	0,03	36	0,18	1	0,005
Trabalhador não-remunerado	283.656	0,61	78.239	0,16	1	0,005	0	-
Militar ou servidor público	422.174	0,91	71.454	0,15	52	0,26	4	0,02
Empregador	8.515	0,01	1.774	0,003	1	0,005	0	-
Estagiário	52.446	0,11	25.942	0,05	56	0,28	22	0,11
Aprendiz	36.286	0,07	6.314	0,01	9	0,04	5	0,02
Sem Resposta	36.583.204	79,24	5.433.477	11,77	15.280	78,77	1.959	10,10
Total	46.163.235	100	8.591.306	18,56	19.396	100	3.129	16,06

*Pessoa Responsável pela Unidade Familiar

Fonte: Elaborado pela autora com base no Cadastro Único

Como se pode observar na tabela 6, um padrão nas regiões analisadas (tabela completa no Apêndice A), aproximadamente 50% das mulheres se encontrarem longe do mercado de trabalho, ao menos nos últimos 12 meses e na semana passada, quando os dados foram coletados no sistema do cadastro (dezembro de 2021).

Pode-se analisar, pelos dados do município, que entre os últimos 12 meses e até a última semana, ocorreu uma baixa de 2,84 % nas mulheres que se encontravam no mercado trabalhista diminuindo 1,04 % na porcentagem de mulheres da faixa etária do estudo.

Tabela 6 – Última ocupação das jovens mães do Cadastro Único “continua”

Ocupação das jovens mães		Brasil				Santana do Livramento			
		Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%
Trabalho remunerado Últimos 12 meses	Sim	10.382.027	22,48	3.521.717	7,62	4.532	23,36	1.333	6,87
	Não	23.628.252	51,18	5.068.726	10,98	10.023	51,67	1.795	9,09

Tabela 6 - Última ocupação das jovens mães do Cadastro Único

“continuação”

Ocupação das jovens mães	Brasil				Santana do Livramento				
	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%	
Trabalho remunerado o Últimos 12 meses	Sem Resposta	12.152.956	26,32	863	0,001	4.841	24,95	1	0,005
	Total	46.163.235	100	8.591.306	18,6	19.396	100	3.129	15,96
Pessoa trabalhou na semana passada	Sim	9.192.860	19,91	3.028.632	6,56	3.981	20,52	1.132	5,83
	Não	24.818.496	53,76	5.561.826	12,04	10.575	54,52	1.996	10,29
	Sem Resposta	12.151.879	26,32	848	0,001	4.840	24,95	1	0,005
Total	46.163.235	100	8.591.306	18,6	19.396	100	3.129	16,12	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Cadastro Único

Na sequência, apresenta-se as ações de inclusão produtiva urbana ofertadas para jovens mães de baixa renda no município de Santana do Livramento.

4.2 Ações de inclusão produtiva urbana ofertadas no município de Santana do Livramento

Serão descritas abaixo as oportunidades de inclusão produtiva, e seus desafios para o município, através do Microcrédito, incentivando o empreendedorismo, dos cursos capacitantes de qualificação profissional e da intermediação de mão de obra. Nesse sentido, será relato o que foi descoberto de oportunidades de inclusão produtiva através das instituições financeiras/ cooperativas entrevistadas.

4.2.1 Instituições financeiras

Foram entrevistadas 6 instituições financeiras/ cooperativas financeiras para saber se trabalham com microcrédito. Dentro dessas entrevistas os participantes (A, B, C, D e E), responderam que trabalham atualmente com (PNMPO) Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado, ou com outro tipo de microcrédito para pessoas de baixa renda.

O PNMPO impulsiona o empreendedorismo para pessoas de baixa renda ajudando-as a entrar no mercado informal de trabalho. Conforme Suassuna (2011), o programa se insere dentro de uma economia solidária e de uma política de desenvolvimento caracterizada pela redução das desigualdades sociais e crescimento econômico da sociedade mais vulnerável, garantindo que aqueles que não conseguem o acesso com os programas tradicionais, consigam a partir dele.

Abaixo serão colocados os dados coletados, para saber se essa inclusão e o desenvolvimento dos moradores estão acontecendo nas instituições que afirmam ofertar o microcrédito na cidade.

Ofertamos microcrédito, ele depende da análise de cadastro, vai de pessoa física ao MEI (microempreendedor individual) até a pessoa física. Depende também da taxa de juros e do cadastro da pessoa, se contém impedimento, SPC, (Serviço de proteção ao crédito) Serasa e da sua renda (Participante A).

A partir desse depoimento, consegue-se perceber que não é tão simples para pessoas de baixa renda ter acesso ao microcrédito, devido às inúmeras exigências da empresa, como comprovação de renda, e nome fora do SPC e Serasa.

Observa-se, na tabela 7, que os juros dos participantes C e D, são extremamente altos para esse público, comparados com os juros dos outros participantes.

Tabela 7 - Programas focalizado no baixa renda das instituições financeiras/ cooperativas

Intuições financeiras	Juros
Participante A	1% ao 2 % ano
Participante B	Sem resposta
Participante C	Aprox. 3% ao mês
Participante D	1,99% ao mês até 3,49%
Participante E	3 % até 4,5% ao ano
CrediAmigo	0,99 % a 2,40 %
Taxa juros previstos no PNMPO	
Até 4 %	

Fonte: Elaborada pela autora com base nas entrevistas e no Banco do Nordeste e Banco Mundial.

A maior referência em microcrédito existente na América do Sul é o Banco do Nordeste, com o programa CrediAmigo, com prazos de pagamento de 2 a 24 meses e taxas de juros que variam de 0,99 % a 2,40 %, vide tabela 7, oferecendo capital de giro e investimento para micros e pequenos empreendedores (BANCO DO NORDESTE, 2022). No entanto, as instituições financeiras/ cooperativas financeiras destacadas estão todas dentro das normas do PNMPO, que tem sua taxa efetiva máxima de 4% ao mês (BANCO CENTRAL, 2020).

Como já caracterizado anteriormente 10,93 % das mulheres da faixa etária do estudo se encontram na faixa etária da extrema pobreza e 2,20 % da pobreza, o que lhes dificulta conseguirem acesso aos microcréditos com taxas de juros mais acessíveis.

Muitas pessoas de baixa renda ou vão pagar o banco, ou vão comer, ou pagar uma água, luz, comprar um alimento, mas o banco já faz um cálculo sobre isso, e por isso os juros é um pouco maior, mas em governos anteriores nossos juros estiveram menores (Participante F).

As ofertas de crédito são muito limitadas, o que é um resultado do pouco conhecimento das necessidades dos clientes de baixa renda, era para ser função dos programas públicos de microcrédito produtivo orientado, dar assistência do pequeno produtor às unidades produtiva do setor informal (BRAGA, 2011).

Com isso, percebe-se que os programas de microcrédito ofertados pela cidade que mais se encaixam para a população desse trabalho são os citados na tabela 7, item 3, 4 e 5. No entanto ainda para ter esse acesso ao crédito é preciso cumprir uma série de exigências que acabam dificultando para esse público, como ter um comprovante ou garantia de aval, deixar carro e casas como garantias, não haver nenhum restritivo no nome. Nesse segmento, será abordado as oportunidades de qualificação profissional descobertas a partir da entrevista com a participante G.

4.2.2. Instituição ofertante de qualificação profissional

A instituição entrevistada oferta qualificação profissional para o público de baixa renda, que é “bastante focado em desenvolver o empreendedorismo com públicos em vulnerabilidade social, é feito para isso parcerias com algumas organizações como o Sicredi e a Prefeitura” (Participante G).

A participante também relata que todos os cursos são gratuitos, custeando, inclusive, o transporte, feito pela instituição e seus parceiros, sendo essa característica da gratuidade uma forma de incentivar a população de baixa renda a frequentá-los.

Os cursos funcionam de maneira presencial, somente com pessoas de baixa renda, pois são muitas vezes frequentados por analfabetas que precisam de um atendimento especial. Não são feitos na agência para não os inibir ou intimidá-los, tornando o ambiente o mais agradável possível.

São trabalhadas com esse público, ações comportamentais, para eles conseguirem uma motivação e um propósito de vida. Em 2020, devido à pandemia, quase nenhuma ação aconteceu, pela necessidade de elas serem presenciais. Atualmente, estão retornando aos poucos com medidas de segurança.

O público de baixa renda não tem conhecimento sobre esses cursos, é a secretaria de assistência social que faz uma busca cega nos bairros procurando candidatos que se encaixem no perfil dos cursos ofertados. Quando uma entrevistada (jovem mãe A) foi questionada se sabia dos cursos ofertados pela instituição, negou e ficou muito interessada na oportunidade. Percebe-se, então, que os cursos precisam de mais visibilidade para alcançar o público de baixa renda que está em busca de capacitação profissional.

Esse público não valoriza o que é gratuito, embora eles precisem, muitas vezes se candidatam para participar de um projeto desses, mas só vêm por uma motivação como uma cesta básica e acabam largando o curso na metade, mas essa não é uma regra (Participante G).

Ainda estamos longe de um nível de qualificação profissional e educacional que permita à maioria dos brasileiros alcançarem sua autonomia. O ministério do sistema educacional contém menos visibilidade que o social, o que dificulta para as classes mais baixas ser incluídas culturalmente e socialmente (MASSI *et al.*, 2012). A seguir, será relatado como funciona a intermediação de mão de obra no Sistema Nacional do Emprego no município de Santana do Livramento.

4.2.3 Sistema Nacional de Emprego (SINE)

A intermediação de mão obra no SINE funciona através do contato com empresas para fazer a captação das vagas, e conseqüentemente ofertar as que estiverem disponíveis.

A partir disso, o trabalhador vai até a agência para deixar seu currículo e concorrer à vaga que mais se encaixa com o seu perfil, se ele for selecionado, o SINE recebe um retorno da empresa para fechar seus relatórios.

O sistema do SINE é federal, do Ministério da Economia, nesse sistema não é permitido nenhum tipo de seletiva própria para pessoas de baixa renda, todos devem concorrer às vagas juntos, independente do sexo e idade.

As pessoas de baixa renda conseguem as vagas que não demandam de muita escolaridade, ou quando a pessoa tem experiências, mas precisam ser pessoas educadas, que saibam falar adequadamente (Participante H).

Das vagas disponíveis no sistema atualmente as que mais se encaixam no perfil de baixa renda do estudo, são as de colhedores de uva, no entanto é uma vaga mais para o perfil masculino. Demandando passar alguns meses nos campos, colhendo, o perfil de jovens mães, por exemplo, não se encaixa por terem estas a responsabilidade de cuidar dos filhos.

É notório a partir da conversa com o participante, que as dificuldades de inclusão socioeconômicas desse público influenciam na hora de conseguir emprego. Como já foi pontuado por Cardoso (2013), a redução desse público no mercado de trabalho é constante, principalmente das mulheres, por ser um público que precisa lutar constantemente por seus direitos e reconhecimento. Na próxima seção será exposto os obstáculos enfrentados pelas jovens mães de baixa renda para chegarem até a inclusão produtiva.

4.3 Obstáculos da inclusão produtiva para jovens mães de baixa renda

Serão descritas, nos próximos tópicos, as dificuldades das jovens mães de entrarem no mercado de trabalho e de conseguirem capacitação profissional em Santana do Livramento.

4.3.1. Difícil inserção no mercado de Trabalho

Conforme os dados do (IBGE 2021), já descritos anteriormente, mulheres com filhos em casa, na faixa entre 25 a 49 anos, têm menos taxa de empregabilidade do que mulheres dessa mesma faixa etária sem filhos, o que se encaixa no perfil das jovens mães que participaram do estudo. Como já pontuado também, e reforçado por Madalozzo, Martins, Shiratori, (2010), um impacto que aumenta o trabalho doméstico, principalmente feminino, é a presença de crianças no domicílio, esse acaba sendo outro fator que afasta as mulheres do mercado de trabalho ou justifica seu desemprego.

Nas palavras de uma das mães, ter filhos é um critério na hora das entrevistas de emprego “para saberem se vão te contratar ou não” (jovem mãe E). Isso se deve ao cenário em que vivemos ainda ser machista, ao ponto das mulheres serem desacreditadas e taxadas de incapazes de exercer mais de uma função: ser mãe e trabalhar (CORRÊA, 2004).

A jovem mãe B, que participou de uma conversa mais aprofundada com a autora, mora atualmente no bairro Brasília, na parte de trás da casa dos pais, está desempregada desde que a primeira filha de 2 anos e 7 meses nasceu.

Percebeu-se, pela conversa com ela, que nenhum familiar está disponível para ficar com as crianças para ela procurar emprego ou trabalhar, sendo esse um dos motivos para continuar desempregada desde o nascimento da sua primeira filha. Existe uma creche no bairro, mas como o segundo filho só tem 2 meses de idade ainda não é viável.

Sua renda fixa é o bolsa família (atual Auxílio Brasil) e uma ajuda do pai das crianças. O Auxílio Brasil no mês de janeiro de 2020 foi um valor médio de R\$ 407,54, um

pouco acima do mínimo que cada família pode receber, que é R\$ 400,00 o governo também disponibiliza auxílio gás desde dezembro de 2021 (GOVERNO DO BRASIL, 2022).

Atualmente, a jovem mãe empreende, fazendo doces e bolos para vender no bairro e aumentar sua renda; no entanto passa bastantes dificuldades para comprar os ingredientes, e não conseguir vender, na maioria das vezes, tudo que produziu.

Observa-se, a partir disso, que a insuficiência de renda acaba se tornando um obstáculo para chegar à inclusão produtiva, pois a (Jovem mãe A), tenta empreender e não consegue pela falta de oportunidade e dinheiro. O acesso ao microcrédito seria uma solução para a questão; no entanto, para essa faixa de renda do cadastro, como já foi referido, os juros são mais altos, tornando esse acesso difícil no município, ou como relata o (Participante F), “baixa renda para eles é o salário mínimo”, não sendo, assim, possível para jovens mães conseguirem o microcrédito nessa instituição financeira de Santana do Livramento.

O “baixa renda” para nós é o cliente que ganha salário mínimo, então o que tem dentro das nossas agências que ofertamos, por exemplo, para o aposentado do INSS, consignado com taxas diferenciadas, cartão DE BEM COM A VIDA que não cobra anuidade para aposentados, taxas de juros para eles são reduzidas. Tudo para se enquadrar na renda deles (Participante F).

Outro obstáculo enfrentado pelas jovens mães que se encontram desempregadas é a falta de auxílio da família para cuidar das crianças enquanto elas trabalham. O bairro Vila Real não possui creche para ensino infantil, então as mães da região precisam ficar em casa tomando conta de seus filhos até eles entrarem na escola. No seguimento, será abordado os obstáculos das jovens mães para chegar até as oportunidades de qualificação profissional e intermediação de mão de obra.

4.3.2. Oportunidades de qualificação profissional e intermediação de mão de obra

A jovem mãe A tem o ensino médio completo e diversas experiências profissionais (Hotel Jandaia, Lojas Vivo, algumas lojas de roupa), contudo depois de virar mãe não conseguiu nenhuma oportunidade de emprego. Somente entrevistas que ao saberem da sua situação com dois filhos, não deram o retorno.

As outras mães que participaram do estudo também estão com o ensino médio completo, com exceção da (jovem mãe B), que tem ensino superior completo, no entanto não atua na área que cursou (ciências econômicas).

Tem bastante procura pelo público de baixa renda, mas as empresas por exigirem experiência, não tem como lidar com esse público sem ter algum curso específico, não digo nem uma universidade. E a população de baixa renda não tem recursos infelizmente para fazer cursos gratuitos, como um técnico administrativo (Participante H).

A partir das palavras do participante H, conclui-se que falta capacitação profissional às jovens mães, tendo apenas uma com curso superior. Como as empresas estão cobrando, cada vez mais, capacitação na área que vão contratar, isso acaba se tornando mais um obstáculo para elas. Além da dificuldade relatada de não conseguirem emprego depois de virarem mães, sendo esse fato um empecilho para alguns contratantes.

Com a troca de informações, foi possível perceber a vontade das jovens mães desempregadas de voltar a estudar e trabalhar. Com isso, é possível constatar que a falta de oportunidades de inserção no mercado de trabalho é o maior obstáculo para jovens mães de baixa renda, que preenchem uma taxa alarmante de mulheres desempregadas no município,

equivalente a 54,52 % e, dentro dessa porcentagem, 10,29 % são mulheres da faixa etária do estudo responsáveis pela unidade familiar.

Neste estudo, foi apontado que existem oportunidades de qualificação profissional para o público de baixa renda, no entanto ocorrem com pouca visibilidade, o que acaba sendo outro obstáculo para essas jovens mães que estão em busca de melhorar seus currículos com cursos capacitantes. Nas palavras da participante G, o público de baixa renda não vai até eles, e só participam, na maioria das vezes, se receberem um incentivo como uma cesta básica. Isso acaba mostrando como esses cursos precisam de mais divulgação para atingir o maior número de pessoas de baixa renda atrás de capacitação profissional, visto que a (jovem mãe A) mostrou-se muito interessada quando a autora lhe contou sobre as oportunidades.

Como já havia sido caracterizado por Souza (2013) e ratificado com o perfil das jovens mães do estudo, não basta que o público de baixa renda tenha alguma capacitação e experiência profissional, é preciso que surjam oportunidades para incluí-lo no mercado de trabalho, uma vez que esse processo está cada vez mais seletivo. Na sequência, constam as considerações finais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo propôs analisar reflexões sobre os fatores que dificultam a inserção de jovens mães de baixa renda na inclusão produtiva em Santana do Livramento e acredita-se ter cumprido com os objetivos propostos, pois caracterizou o perfil desse grupo de mulheres e identificou os obstáculos que elas enfrentam para chegar à inclusão produtiva, através de uma comparação com o referencial teórico e os dados coletados.

A respeito da caracterização do perfil das jovens mães do município através do cadastro único foi observado que a faixa etária do estudo se concentra com maior proporção com renda per capita familiar de extrema pobreza, onde também se encontram com predominância fora do mercado de trabalho e com pouca escolaridade ou qualificação profissional. Esses dados foram ainda mais confirmados com as 9 mulheres que participaram das entrevistas, se encaixando nesse perfil de fragilidade.

No que tange as políticas de inclusão produtiva ofertadas no município, foram identificadas poucas oportunidades para esse público. Foi identificado que as instituições financeiras (A, B, C, D e E) ofertam microcrédito, no entanto não é acessível para a faixa de renda das jovens mães. Também foram descobertas oportunidades de qualificação profissional gratuitas ofertadas pela instituição da entrevistada G, sendo uma ótima oportunidade para o desenvolvimento das jovens mães, porém essas ações não são divulgadas, sendo feito apenas uma busca cega nos bairros carentes, o que acaba dificultando o acesso de quem realmente procura qualificação.

Outro ponto a ser destacado, é o difícil acesso a intermediação de mão de obra para o público de baixa renda, pois, como eles não dispõem de muita qualificação e escolaridade acabam ficando com as vagas que demandam de mais serviços braçais, como as vagas de colhedores de uva citadas pelo participante H. No entanto, essas vagas não se encaixam no perfil das jovens mães, pois, demandam ficar algum tempo longe de casa e da família.

Constatou-se a dificuldade das jovens mães para ingressarem no mercado de trabalho após terem seus filhos, basicamente, por dois motivos: falta de ajuda para cuidar das crianças e difícil reinserção ou inserção no mercado de trabalho.

É perceptível também, as poucas oportunidades que esse perfil de mulheres encontra para se desenvolver com suas fragilidades no município de Santana do Livramento. As políticas de inclusão produtiva são ações muito importantes quando aplicadas de forma acessíveis para o público de baixa renda. Todavia isso não foi notado estar acontecendo para o

perfil das jovens mães de 16 a 34 anos, mostrando assim que as oportunidades que existem precisam ser melhores desenvolvidas para conseguir alcançá-las de maneira mais satisfatória.

Além disso, como principal contribuição deste estudo, a pesquisa de campo explanou as dificuldades das jovens mães para alcançar a inclusão produtiva em relação a sua difícil entrada no mercado de trabalho e mostrou também como a rotina das mulheres de baixa renda muda quando se tornam mães desenvolvendo mais obstáculos nesse quesito. As entrevistas trouxeram, como contribuição, conhecer o que é ofertado de inclusão produtiva em Santana do Livramento. A partir disso, foi notória a carência de políticas públicas de inclusão produtiva que amparem jovens mães de baixa renda e as ajudem nesse processo de inserção ao mercado de trabalho.

Faz-se necessário ressaltar que o estudo foi realizado durante a pandemia do Covid-19, e isso trouxe algumas limitações e dificuldades para sua realização, como o receio da parte de algumas mães de participar (por ser uma pesquisa que demandaria mais tempo da presença delas), em virtude disso, foram repassados à autora mais de 10 contatos de celular, sendo alguns números falsos e, em outros casos, não se obteve resposta na hora das ligações.

Outra limitação foi a distância do ESF comparado com o centro do município, sendo um caminho feito somente de ônibus pela autora, o mesmo feito pelas jovens mães, algo que consequentemente dificulta para elas na hora de irem buscar emprego ou trabalhar.

Foi tentado também contato com outra entidade ofertante de qualificação profissional (SENAC) e outras entidades financeiras (Caixa Econômica Federal, Itaú), no entanto não ocorreu interesse da parte delas de participar do estudo.

Para concluir, busca-se colaborar com futuras pesquisas sobre o perfil da pobreza e da extrema pobreza de Santana do Livramento, sendo essas voltadas para inclusão produtiva com públicos diferentes (pessoas negras, deficientes, idosos, inclusão produtiva rural) para poder encontrar soluções de inclusão produtiva que se encaixem em cada perfil e descobrir seus obstáculos.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução CMN nº 4.854 de 24/9/2020**. GOV.BR, 2020. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibnormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4854>. Acessado em: 23 de fevereiro de 2022.

BANCO DO NORDESTE. **Banco do Nordeste prorroga em mais 30 dias pagamento de prestações do Crediamigo**. Fortaleza, 2020. Disponível em

https://www.bnb.gov.br/noticias/-/asset_publisher/x8xtPijhdmFZ/content/banco-do-nordeste-prorroga-em-mais-30-dias-pagamento-de-prestacoes-do-crediamigo/50120. Acessado em: 23 de fevereiro de 2022.

BRAGA, T. S. **Programas Públicos de Microcrédito Produtivo Orientado: uma avaliação da eficácia do Crediamigo para a inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado de crédito**. Salvador, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 23 de fevereiro de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993 Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf. Acessado em: 15 de setembro de 2021.

BRASIL, M. C.; FREITAS, M. **Jovens e a falta de oportunidade no mercado de trabalho**. 5º Seminário de Tecnologia Gestão e Educação–ISSN2675-1623 Faculdade e Escola Técnica Alcides Maya – Rua Dr.Flores,396, Centro Histórico de Porto Alegre – Rio Grande do Sul – maio– 2021.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Textos para discussão n. 800, **IPEA**, Rio de Janeiro, 2001.

BARROS, R.; MENDONÇA, R.; TSUKADA, R. Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil. Brasília, DF: **Secretaria de Assuntos Estratégicos**, 2011(Chamada para debate: textos para discussão).

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, maio/ago. 2013.

CECAD 2.0- **O sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico**. Disponível em <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>. Acessado em 23 de julho de 2021.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CORRÊA, A. M. H. **O assédio moral na trajetória profissional de mulheres gerentes: evidências nas histórias de vida.** Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

DIHL, E. B. **O Programa Bolsa-família como dispositivo para a inclusão produtiva: possibilidades e desafios.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Unisinos, São Leopoldo. BR, 2015.

FERNANDES, M.; BRITO, E.; SILVA, A.; PICCOLO, I.; SOUZA, J.; CUNHA, L.; MAKIAMA, T. **Assédio, sexismo e desigualdade de gênero no ambiente de trabalho.** ISSN, 1983-4225 – v.14, n.1, jun. 2019.

FUNDAÇÃO ARYMAX. **As 7 áreas de atuação e os 3 campos mais promissores.** São Paulo 2020 Disponível em: <https://arymax.org.br/conhecimento/inclusaoprodutivanobrasil/areas-de-atuacao/>. Acessado em: 31 de agosto de 2021.

FUNDAÇÃO ARYMAX. **Inclusão Produtiva no Brasil. Evidências para impulsionar trabalho e renda.** São Paulo, 2019. Disponível em: https://arymax.org.br/conhecimento/inclusaoprodutivanobrasil/inclusao_produtiva_estudo_completo.pdf. Acessado em: 31 de agosto de 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas Ltda, 2017.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa,** 4ºed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

GOVERNO DO BRASIL- **Governo Federal reajusta as faixas de extrema pobreza e de pobreza e aumenta o valor dos benefícios assistenciais pagos a essas famílias.** Gov.br, 2021. Disponível: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/11/governo-federal-reajusta-as-faixas-de-extrema-pobreza-e-de-pobreza-e-aumenta-o-valor-dos-beneficios-assistenciais-pagos-a-essas-familias>. Acessado em: 28 de fevereiro de 2022.

GOVERNO DO BRASIL. **Programa Auxílio Brasil alcança patamar histórico no país.** Gov.br, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2022/01/governo-federal-comeca-a-pagar-auxilio-brasil-a-17-5-milhoes-de-familias>. Acessado em: 24 de fevereiro de 2022.

Hora, D. R.; Lima, J. S.; Santos, K. R.; Oliveira, N. S.; Souza, L. M. A Inserção do jovem no Mercado de Trabalho: a dificuldade do primeiro emprego pela falta de experiência e capacitação. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, v.1, n.19, jan./jun., 2017.

IBGE- O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE educa jovens.** 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acessado em: 11 de janeiro de 2022.

IBGE- O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero-Indicadores sociais das mulheres no Brasil,** 2º edição. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf . Acessado: 30 de julho de 2021.

IBGE- O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros, inclusão produtiva** 2014. Acessado em 20 de agosto de 2021 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94542.pdf> Acessado: 30 de julho de 2021.

IBGE- O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acessado em 02 de agosto de 2021.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Uma Proposta de Erradicação da Extrema Pobreza Urbana via Inclusão Produtiva**. Rio de Janeiro, 2013.

JUNIOR, E. P. L.; SILVA, C. Discriminação da mulher no mercado de trabalho: destacando a mulher negra neste processo. **Revista dos Direitos Fundamentais nas Relações do Trabalho**, Sociais e Empresariais e-ISSN: 2525-9903, Belém, v. 5, n. 2. Jul/Dez, 2019.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 79–112, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642922>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Revista Estudos Feministas [online]**. 2010, v. 18, n. 2

MASSI, M. L. G.; PEREZ, A. C.; ALVES, C. S.; QUINTANO, I. C. F.; SOUZA, R. G.; SOUZA, V. C. A baixa qualificação profissional é a responsável pelo desemprego? **Revista Científica Hermes**, vol. 6, enero-junio, 2012 Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa Brasil, Brasil.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (2015)**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>. Acessado em: 15 de setembro de 2021.

MONTAGNER, P.; MULLER, L. Inclusão produtiva urbana: o que fez pronatec/ bolsa formação entre 2011 e 2014. **Caderno de Estudos**. Desenvolvimento Social em Debate, Brasília 2015.

NUNES, N. M. S. **Inserção Produtiva e Assistência Social: caminhos para a inclusão**. Porto Alegre, 2012, PUCRS.

OLIVEIRA, B. L.; SOARES, D. S. O. Impacto do Programa Bolsa Família Sobre a Repetência: Resultados a Partir do Cadastro Único, Projeto Frequência e Censo Escolar. Texto para discussão 1814, **IPEA**, Rio de Janeiro 2013.

OLIVEIRA, R.C. O trabalho do antropólogo. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze. **Editora da Unesp**, 1998.

PNAS - Política Nacional de Assistência Social. **Secretaria Nacional de Assistência Social (2005) Ministério de desenvolvimento social e combate à fome**, Brasília. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acessado em: 15 de setembro de 2021.

SANTOS, A. L.; GIMENEZ, D. M. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho**. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/São Paulo, Brasil. ESTUDOS AVANÇADOS 29 (85), 2015.

SILVA, S. P. A economia solidária na estratégia de erradicação da pobreza extrema no Brasil. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise. Brasília, **IPEA**, n. 47, 2011.

SILVA, S. P. A Inclusão Produtiva como Eixo de Política de Proteção Social: Contexto Latino-americano E Questões para a Realidade Brasileira. Texto para discussão nº2605, **IPEA**, Brasília, outubro de 2020.

SILVA, S. P. Políticas de Inclusão Produtiva: o “elo perdido” da proteção social? Políticas Sociais: acompanhamento e análise, BPS, n. 27, 2020, **IPEA**, Brasília.

SORDI, J.O. D. **Elaboração de pesquisa científica**, 1ºed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

SOUZA, F. V. F. **Assistência social e inclusão produtiva: algumas indagações**. O Social em Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Brasil. Questão, vol. 16, núm. 30, 2013, Julho- P 287-298.

SUAS- **Sistema Único de Assistência Social**. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf. Acessado em: 15 de setembro de 2021.

SUASSUNA, P. A. **Programa nacional de microcrédito produtivo orientado (pnmpo): Um Estudo de Caso na Feira de Impostos/DF**. Brasília, novembro, 2011.

TCU- Tribunal de Contas da União. Acórdão 1756/2020 – plenário. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em:

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2378621%22>. Acessado em: 31 de agosto de 2021.

TCU- Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 959/2021 – plenário. **Ministério do Desenvolvimento Social**. P.2. Disponível em:

<https://cdn.brasildefato.com.br/documents/41a0b1298004c8617c4faeb0c1fc116c.pdf>. Acessado em: 31 de agosto de 2021.

APÊNDICE A- TABELAS SOBRE O PERFIL DAS JOVENS MÃES

Tabela 1- Pessoas inscritas no Cadastro Único por Sexo

Sexo	Brasil				Rio Grande do Sul				Santana do Livramento			
	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%
Feminino	46.163.235	56,46	8.591.306	10,50	1.577.328	57,01	276.073	9,97	19.396	58,92	3.129	9,50
Masculino	35.612.481	43,54	1.410.548	0,17	1.188.975	42,99	40.529	1,46	13.524	41,08	521	1,58
Total	81.775.716	100	10.001.854	10,67	2.766.303	100	316.602	11,43	32.920	100	3.650	11,08

*Pessoa Responsável pela Unidade Familiar

Fonte: Elaborado pela autora com base no Cadastro Único

Tabela 2 – Cor ou raça das mulheres inscritas no Cadastro Único

Cor ou raça	Brasil				Rio Grande do Sul				Santana do Livramento			
	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%
Branca	13.597.347	29,74	2.232.539	5,29	1.206.171	76,46	197.606	12,52	15.015	77,41	2.261	11,65
Preta	3.278.539	7,10	679.454	1,47	144.622	9,16	31.312	1,98	1.816	9,36	350	1,80
Amarela	239.414	0,51	47.081	0,10	2.629	0,16	518	0,032	22	0,11	4	0,020
Parda	28.673.300	62,11	5.545.104	12,01	210.750	13,36	43.133	2,73	2.519	12,98	510	2,62
Indígena	362.118	0,78	84.709	0,18	12.582	0,79	3.393	0,21	7	0,036	2	0,010
Sem resposta	12.517	0,02	0	-	574	0,036	0	-	17	0,087	0	-
Total	46.163.235	100	8.588.887	19,05	1.577.328	100	275.962	17,47	19.396	100	3.127	16,1

*Pessoa Responsável pela Unidade Familiar

Fonte: Elaborado pela autora com base no Cadastro Único

Tabela 3- Faixa de renda familiar per capita das mulheres inscritas no Cadastro Único

Faixa de renda	Brasil				Rio Grande do Sul				Santana do Livramento			
	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%
Extrema Pobreza	24.437.752	52,93	5.592.377	12,11	617.860	39,17	147.423	9,34	9.154	47,19	2.120	10,93
Pobreza	5.147.981	11,51	1.077.280	2,33	213.142	13,51	47.001	2,97	2.520	12,99	427	2,20
Baixa Renda	10.426.850	22,58	1.430.706	3,09	424.534	26,91	59.115	3,74	4.472	23,05	439	2,26
Acima de ½ S.M	6.150.652	13,32	490.943	1,06	321.792	20,29	22.534	1,42	3.250	16,75	147	0,75
Total	46.163.235	100	8.591.306	18,59	1.577.328	100	276.073	17,47	19.396	100	3.129	16,14

*Pessoa Responsável pela Unidade Familiar

Fonte: Elaborado pela autora com base no Cadastro Único

Tabela 4- Grau de instrução das mulheres inscritas no Cadastro Único

“continua”

Grau de instrução	Brasil				Rio Grande do Sul				Santana do Livramento			
	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%
Sem instrução	9.062.713	19,63	268.216	0,58	266.729	16,91	5.823	0,36	3.185	16,42	67	0,34
Fundamental incompleto	15.943.444	34,53	1.954.678	4,23	654.397	41,48	78.271	4,96	7.469	38,50	822	4,23
Fundamental Completo	3.511.362	7,6	1.033.069	2,23	158.796	10,06	52.195	3,3	1.971	10,16	509	2,62

Tabela 4- Grau de instrução das mulheres inscritas no Cadastro Único

“continuação”

Grau de instrução	Brasil				Rio Grande do Sul				Santana do Livramento			
	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%
Médio Incompleto	3.701.676	8,01	1.438.982	3,11	123.857	7,85	51.638	3,27	1.723	8,8	578	2,97
Médio Completo	9.340.417	20,23	3.448.298	7,4	216.374	13,71	72.353	4,58	3.177	16,37	1.016	5,23
Superior ou mais	1.321.000	2,86	443.065	0,95	49.467	3,13	15.693	0,99	455	2,34	135	0,69
Sem resposta	3.282.623	7,11	4.998	0,01	107.708	6,82	100	0,06	1.416	7,3	2	0,01
Total	46.163.235	100	8.591.306	16,28	1.577.328	100	276.073	17,52	19.396	100	3.129	16,09

*Pessoa Responsável pela Unidade Familiar

Fonte: Elaborado pela autora com base no Cadastro Único

Tabela 5- Função principal das mulheres inscritas no Cadastro Único

Função principal	Brasil				Rio Grande do Sul				Santana do Livramento			
	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo).	5.723.522	12,39	2.074.796	4,49	178.516	11,31	60.415	3,83	3.141	16,19	943	4,86
Trabalhador temporário em área rural	893.364	1,93	303.021	0,65	12.186	0,77	2.651	0,16	59	0,30	13	0,06
Empregado sem carteira de trabalho assinada	289.046	0,62	92.755	0,20	9.137	0,57	2.718	0,17	142	0,73	41	0,21
Empregado com carteira de trabalho assinada	1.543.924	3,34	425.282	0,92	73.630	4,6	20.274	1,28	569	2,93	133	0,68
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	230.307	0,49	63.611	0,13	10.784	0,68	3.171	0,20	50	0,25	8	0,04
Trab. doméstico com cart. de trab. Assinada	96.791	0,20	14.641	0,03	5.223	0,33	857	0,05	36	0,18	1	0,005
Trabalhador não-remunerado	283.656	0,61	78.239	0,16	1.574	0,09	352	0,02	1	0,005	0	-
Militar ou servidor público	422.174	0,91	71.454	0,15	10.033	0,63	1.506	0,09	52	0,26	4	0,02
Empregador	8.515	0,01	1.774	0,003	655	0,04	111	0,007	1	0,005	0	-
Estagiário	52.446	0,11	25.942	0,05	3.963	0,25	1.671	0,10	56	0,28	22	0,11
Aprendiz	36.286	0,07	6.314	0,01	1.911	0,12	254	0,01	9	0,04	5	0,02
Sem Resposta	36.583.204	79,24	5.433.477	11,77	1.269.716	80,49	182.093	11,54	15.280	78,77	1.959	10,10
Total	46.163.235	100	8.591.306	18,56	1.577.328	100	276.073	17,45	19.396	100	3.129	16,06

*Pessoa Responsável pela Unidade Familiar

Fonte: Elaborado pela autora com base no Cadastro Único

Tabela 6- Última ocupação das jovens mães do Cadastro Único

Ocupação das jovens mães		Brasil				Rio Grande do Sul				Santana do Livramento			
		Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%	Total	%	16 a 34 anos*	%
Trabalho remunerado	Sim	10.382.027	22,48	3.521.717	7,62	361.002	22,88	116.436	7,38	4.532	23,36	1.333	6,87
	Não	23.628.252	51,18	5.068.726	10,98	814.333	51,56	159.595	10,11	10.023	51,67	1.795	9,09
Últimos 12 meses	Sem Resposta	12.152.956	26,32	863	0,001	401.993	25,48	42	0,002	4.841	24,95	1	0,005
	Total	46.163.235	100	8.591.306	18,6	1.577.328	100	276.073	17,49	19.396	100	3.129	15,96
Pessoa trabalhou na semana passada	Sim	9.192.860	19,91	3.028.632	6,56	290.659	18,42	88.707	5,62	3.981	20,52	1.132	5,83
	Não	24.818.496	53,76	5.561.826	12,04	884.727	56,09	187.325	11,87	10.575	54,52	1.996	10,29
	Sem Resposta	12.151.879	26,32	848	0,001	401.942	25,48	41	0,002	4.840	24,95	1	0,005
	Total	46.163.235	100	8.591.306	18,6	1.577.328	100	276.073	17,49	19.396	100	3.129	16,12

*Pessoa Responsável pela Unidade Familiar

Fonte: Elaborado pela autora com base no Cadastro Único

APÊNDICE B- ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Entidades Financeiras

1. Há quanto tempo você trabalha nessa instituição?
2. . Você acredita que microcrédito para pessoas de baixa renda seja algo essencial na cidade de Santana do Livramento?
3. Como instituição financeira atualmente vocês ofertam algum microcrédito para pessoas de baixa renda na cidade de Santana do Livramento?

Se ofertar

4. Esse microcrédito tem bastante demanda da população? Os que pedem, conseguem?
5. Quantas operações foram realizadas aproximadamente para a população de baixa renda entre os anos de 2020 e 2021?
5. Você acredita que tenha algo que a instituição possa fazer para melhorar esse microcrédito, para ter um alcance maior da população?
6. Teria algum programa voltado para mulheres de baixa renda, mais especificamente mães?
8. Como é a inadimplência desse microcrédito?
9. Com a pandemia do corona vírus a procura por microcrédito aumentou?
10. Quais os critérios para aprovação da população de baixa renda no programa?
11. Vocês ofertam algum outro programa voltado para pessoas de baixa renda?

Não ofertar

4. E por outro canal vocês ofertam? Como no site da empresa?
5. Qual seria a demanda da população de Livramento por esse meio?
6. Você acredita que deveria ser implementado algo para essa população? Por quê?
7. A população de baixa renda vem frequentemente a essa instituição atrás dessa demanda?
8. Vocês têm alguma forma sem ser microcrédito para suprir a demanda dessa população?

Instituições ofertantes de qualificação profissional

1. Há quanto tempo você trabalha nessa instituição?
2. Vocês ofertam alguma ação como: cursos capacitantes, fomento ao empreendedorismo, qualificação profissional voltados para o público de baixa renda?
3. Eles conseguem o acesso gratuito nesses projetos? Quais são os termos para isso?
4. Atualmente vocês atendem alguém de baixa renda?
5. Se atendem, ou já atenderam foi um número significativo?
6. O que você colocaria como dificuldade para esse público participar dos projetos ofertados por vocês? Baixa escolaridade, não ter dinheiro para pagar ou tempo para se dedicar integralmente aos cursos?
7. Você diria que por ser de baixa renda, estar num lugar como aqui fazendo projeto capacitante, já foi motivo para alguém desistir?
8. Vocês souberam de algum caso em que o custo de transporte interferiu na vinda de alguém para participar dos projetos? Vocês têm como fazer alguma coisa sobre isso?
9. Então você diria que pessoas de baixa renda têm mais dificuldades que outras de concluir os projetos ofertados?
10. E online vocês ofertam alguma coisa para esse público?
11. Qual dessas ações tem mais demanda pelo público de baixa renda?
12. E para mulheres, especificamente mães, existe algum projeto ativo hoje em dia? Já existiu?
13. Não ter onde deixar os filhos já foi motivo para alguma mãe não participar de algum projeto?
14. No último ano da pandemia, a procura por essas ações aumentou ou diminuiu com o cenário de desemprego?

Sistema Nacional de Emprego

1. Há quanto tempo você trabalha nessa instituição?
2. Como funciona o SINE na parte de intermediação de mão de obra?
3. O SINE é bastante procurado pelo público de baixa renda?
4. Vocês praticam alguma intermediação de mão de obra específica para o público de baixa renda juntamente com alguma política pública?
5. Se não, existe alguma seletiva para classificação de empregos diferente para esse público?
6. Vocês têm alguma estratégia para empregar essas pessoas?
7. Esse público consegue chegar ao mercado de trabalho? O que tu acredita serem as maiores dificuldades deles?

*Dificuldades- Devido a serie de fatores que os tornam menos qualificados para o atual mercado: baixa escolaridade, baixo poder de barganha, falta de experiência dos mais jovens.

8. Quais são as oportunidades que aparecem para esse público?

9. Esse público tem uma boa taxa de empregabilidade?

10. Como os serviços prestados chegam à população de baixa renda?

11. Existe um SINE móvel em Santana do Livramento? A população tem fácil acesso ao SINE?

12. E com trabalhador autônomo, vocês praticam alguma ação? (faxineira, diaristas e passadeira)

13. Você tem procura por mães de baixa renda?

14. Qual a frequência com que vocês conseguem empregar uma mãe de baixa renda?